

Entre amigos

JUSTIÇA A patota paranaense adia o destino do senador Moro, que tem encontro marcado com o TSE

POR RENÉ RUSCHEL

O longo julgamento no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que se arrastou por quatro sessões, passa a impressão de uma metódica análise dos autos do processo, mas o desfecho não surpreendeu ninguém. Jogando em casa, o senador Sérgio Moro foi absolvido nas ações que pediam a cassação do seu mandato por abuso do poder econômico, caixa 2 e uso indevido dos meios de comunicação nas eleições de 2022. Logo após a confirmação do resultado, pelo folgado placar de 5 votos a 2, o ex-juiz correu para as redes sociais para enaltecer a Corte paranaense, apresentada como “um farol para a independência da magistratura”.

Moro gostaria que esse “farol” iluminasse as mentes dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que darão a palavra final sobre o seu destino político, mas parece não confiar muito nessa possibilidade. Não por acaso, sua esposa, a deputada Rosângela Moro, transferiu seu domicílio eleitoral de São Paulo para o Paraná. Precavida, planeja disputar a vaga do marido na eleição suplementar a ser convocada caso os magistrados de Brasília se esquivem das luzes emanadas de Curitiba. Se os eleitores permitirem, a cadeira no Senado pode até mudar de dono, mas se manterá na família.

Esse não é o único indício da des-

crença de Moro na salvação do próprio mandato. Com o julgamento ainda em curso no TRE do Paraná, o ex-juiz submeteu-se a uma constrangedora cerimônia de beija-mão no gabinete do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. A reunião convocada pelo senador visava “quebrar o gelo” com o magistrado, que se tornou um crítico ferrenho dos métodos lavajatistas, sobretudo após descobrir, nos diálogos interceptados por um *hacker* e revelados pela Operação Spoofing, que os procuradores da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba estavam no encalço dos “amigos do Gilmar”, talvez com o intuito de constrangê-lo a não revogar controversas decisões da primeira instância.

Moro acreditava que o ministro poderia interceder em seu favor junto aos seus pares no TSE, mas foi humilhado, segundo relatos do encontro vazados à mídia. “Você e o Dallagnol roubavam galinha

juntos. Não diga que não, Sérgio”, teria dito Mendes, antes de aconselhá-lo a retornar (ou adquirir) o hábito da leitura. “Você faltou muito às aulas Sérgio. Aproveite que está no Senado, estude um pouco. A biblioteca da Casa é ótima.”

Até a conclusão desta reportagem, o insólito diálogo não havia sido desmentido. Ao contrário, o ex-deputado Deltan Dallagnol sentiu o golpe e resolveu tirar satisfações nas redes sociais: “Gilmar Mendes, mais uma vez você me ataca, dizendo que eu roubava galinhas. Tem coragem de fazer isso frente a frente, ministro?” Teve com Moro, mas este permaneceu em obsequioso silêncio. Talvez por encarar o espelho e enxergar as feições do amigo Dallagnol, absolvido por unanimidade no tribunal paranaense, mas depois cassado pelo TSE por burlar a Lei da Ficha Limpa. Logo ela, tão defendida pelos lavajatistas como um eficaz antídoto contra a corrupção.

No TRE do Paraná, os argumentos para livrar Moro do cadafalso foram curiosos. O principal ponto da acusação é que o ex-juiz se beneficiou da pré-campanha à Presidência da República pelo Podemos, na qual teria torrado ao menos 2 milhões de reais do Fundo Partidário, antes de mudar de planos e se candidatar ao Senado pelo União Brasil do Paraná. Os vultosos gastos do presidencial e a superexposição à mídia o colocaram em situação de vantagem em relação aos demais candidatos na disputa local, argumentam os advogados do PL e da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV), autores das ações que pediam a cassação do mandato do senador. Luciano Carrasco Falavinha Souza, o relator do processo, entendeu, porém, que os acusadores não apresentaram “dados empíricos assimiláveis”, ou seja, “quais foram as despesas de seus pré-candidatos para se aferir se, em comparação com os gastos dos investiga-

Mulher precavida, Rosângela Moro tratou de mudar o seu domicílio eleitoral para tentar reaver a vaga do marido



Ela tá de olho na
boutique dele

dos, esses seriam excessivos”. Sem saber quanto cada candidato gastou, sustenta Falavinha, seria impossível concluir que houve desequilíbrio na disputa.

O desembargador abstraiu do passivo pré-eleitoral de Moro 560 mil reais gastos com jatinhos em menos de 30 dias, entre julho e agosto de 2022, e outros 535 mil reais pagos para a escolta armada do candidato. “Segurança não possui aptidão para fomentar candidaturas ou atrair votos, pode até mesmo representar obstáculo à aproximação com o eleitorado”, avaliou Falavinha. O voto do relator foi acompanhado por Cláudia Cristina Cristofani, fotografada ao lado de Moro em uma longínqua festa de confraternização, e pelos desembargadores Guilherme Frederico Fernandes Denz, Anderson Fogaça

e Sigurd Roberto Bengtsson, este último presidente do TRE. Apenas José Rodrigo Sade e Júlio Jacob Júnior divergiram.

Sade observou que as elevadas despesas com segurança privada, jatinhos, consultorias e outros prestadores de serviços durante a pré-campanha geraram um evidente desequilíbrio na disputa. “Não se trata de garimpar os autos em busca do valor exato investido na pré-campanha, mas de pontuar que houve excessos de forma clara, comprovada, contumaz. Gastou muito mais que os candidatos que disputaram com ele a vaga única ao Senado.” Em seu voto de quase três horas, Jacob Júnior observou que Moro fez uso “indistinto e desmedido” de recursos públicos do Fundo Partidário e que o tal pla-

no do PCC para assassinar Moro não poderia servir de justificativa para a dinheirama despejada em escolta armada, pois a ameaça só foi revelada em março de 2023, cinco meses após as eleições.

Na avaliação do advogado e professor de Direito Eleitoral Renato Ribeiro de Almeida, mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, caberá ao TSE balizar melhor o que é considerado um gasto excessivo na pré-campanha, de forma a evitar a repetição de situações como essa nos próximos pleitos. “Esse processo vai além da eleição do senador Sérgio Moro e, certamente, terá um efeito pedagógico importantíssimo no Brasil.” •

